

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 1.257, DE 2007

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas transportadoras orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda.

Autor: Deputado CIRO PEDROSA

Relator: Deputado ILDERLEI CORDEIRO

I – RELATÓRIO

Esta Comissão de Viação e Transportes recebeu para análise o projeto de lei em epígrafe, que obriga as empresas de transporte coletivo de todos os modais de transporte a prestarem orientação aos passageiros sobre os riscos da ocorrência de Trombose Venosa Profunda, notadamente nas viagens com duração superior a cinco horas. Essa orientação deve ser dada verbalmente no início da viagem e por meio de folhetos explicativos, colocados em cada poltrona, que alertem sobre o problema e recomendem a realização de exercícios preventivos.

O PL prevê que o conteúdo deve seguir as normas internacionais e nacionais de prevenção da Trombose Venosa Profunda.

Por fim, a cláusula de vigência estipula o prazo de noventa dias, para a entrada em vigor da lei que decorrer deste projeto, após sua publicação.

Na justificativa, o autor do projeto, Deputado Ciro Pedrosa, ressalta que a imobilidade das pessoas em viagens de grande percurso, independente da modalidade de transporte utilizada, é um fator que

potencializa o risco de Trombose Venosa Profunda. No entanto, sublinha o autor, esse risco pode ser evitado com medidas simples, que devem ser observadas por todos os passageiros, entre as quais não colocar bagagens embaixo do assento, não ficar imóvel na poltrona, não cruzar as pernas, beber líquidos e fazer pequenos exercícios durante as viagens.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A imobilidade a que fica submetido o passageiro em espaço reduzido, nas viagens longas feitas em avião e em ônibus pode provocar estase venosa, que é a diminuição da velocidade de circulação do sangue nas veias, levando à formação de coágulos. Quando esse processo ocorre em veias profundas, temos a Trombose Venosa Profunda (TVP).

O perigo ocorre nos casos em que o coágulo desprende-se da parede da veia, alcança e obstrui pequenos vasos dos pulmões, causando a embolia pulmonar, que pode levar o indivíduo a óbito.

O acometimento de problemas ao passageiro pode acontecer ainda durante a viagem ou manifestar-se algum tempo depois.

Com o incremento do transporte aéreo na década de 1970, houve o aumento dos registros de ocorrência de TVP em passageiros. O episódio de maior repercussão na mídia ocorreu em 2000, com uma mulher de 28 anos, que teve embolia pulmonar fatal após um voo de vinte horas entre Melbourne, na Austrália e Londres, Inglaterra. A Trombose Venosa Profunda foi alvo de ampla divulgação nos meios de comunicação e objeto de muita discussão, ao ponto de lhe ser atribuída o nome de “síndrome da classe econômica”, em alusão ao espaço reduzido entre as poltronas nas aeronaves para a categoria de passagens mais baratas.

Embora seja nos aviões, por conta do seu ar seco, que ocorra a maior possibilidade de elevação da viscosidade do sangue, contribuindo para o surgimento de coágulos, a adoção de postura preventiva para os passageiros de ônibus mostra-se positiva, notadamente pelo fato do projeto de lei em exame ser de fácil aplicação e baixo custo.

Afinal, o PL prevê a orientação do passageiro sobre a Trombose Venosa Profunda, mediante explicação verbal no início da viagem e divulgação em folhetos colocados em cada assento, contendo alerta sobre os riscos de ser acometido pela doença e a recomendação de realização de exercícios físicos preventivos, em especial nas viagens com duração acima de cinco horas.

Sem nada a opor ao mérito do PL, sugerimos, no entanto, a modificação do seu texto, para melhor adequá-lo à terminologia própria à área de transportes e à forma de redação da lei. Como exemplo, temos a expressão “empresa transportadora” que é mais utilizada para a designação de transporte de carga do que de passageiros, para o qual se aplica comumente “empresa de transporte coletivo”.

Desse modo, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.257, de 2007, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado ILDERLEI CORDEIRO
Relator

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.257, DE 2007

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da Trombose Venosa Profunda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas de transporte coletivo ficam obrigadas a orientar seus passageiros sobre a prevenção da Trombose Venosa Profunda.

Art. 2º A orientação aos passageiros, em especial para viagem com duração superior a cinco horas, deve ser feita mediante:

I – explanação verbal no início da viagem;

II – folhetos, colocados em cada assento, explicando a Trombose Venosa Profunda, os riscos para quem viaja e a recomendação da realização de exercícios físicos preventivos.

Parágrafo único. O conteúdo da orientação deve seguir as normas internacionais e nacionais de prevenção da Trombose Venosa Profunda.

Art. 3º Esta lei entra em vigor noventa dias após sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado ILDERLEI CORDEIRO

Relator